

# A IDEIA DE NAÇÃO E A COMUNIDADE IMAGINADA BRASILEIRA EM CAIO PRADO JR. E FLORESTAN FERNANDES<sup>1</sup>

Leonardo Segura Moraes<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é articular o conceito político de nação enquanto comunidade imaginada às interpretações de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, entendendo como este pode ser apreendido na obra deles. Percebe-se que há divergências e semelhanças entre os autores, respectivamente, no que diz respeito ao papel da Independência e da Revolução de 1930 e no entendimento da especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro. Dessa maneira, à luz dos Anderson (1991), apreende-se que, para Caio Prado Jr., a nação brasileira pode ser vista como um negócio imaginado, pois não rompe com o sentido da colonização e nega a própria sociedade nacional. Florestan Fernandes entende a nação brasileira como uma comunidade imaginada heteronomamente condicionada, isto é, uma sociedade nacional cuja orientação interna apresenta um condicionante externo importante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nação. Interpretações do Brasil. Comunidade imaginada.

## Introdução

O estudo da nação tem recebido atenção recente por parte de vários pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento, mas sua análise a partir do estudo dos Intérpretes do Brasil ainda tem tido pouco vislumbre. Nesse sentido,

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado como parte da avaliação da disciplina de Interpretações do Brasil, terceiro trimestre de 2012, ministrada pelo prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca, no PPGE/UFRGS.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia. Agradeço os comentários de Pedro Cezar Dutra Fonseca, Lucas Tozo, Carolina Pimentel Corrêa e Caio Diniz de Oliveira Xavier, isentando-os de quaisquer erros pela versão final do texto. lseguram@hotmail.com

o objetivo deste trabalho é compreender como ao longo da obra de dois destes intérpretes, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, é possível apreender tal compreensão à luz dos conceitos de nação desenvolvidos nos trabalhos de Anderson (1991) e Hobsbawm (2000). Para tanto, é preciso entender primeiramente como surge a própria *ideia de nação*, visto que esta não é perene ao longo da história, mas apresenta uma gênese e um contexto específico.

Por outro lado, compreender o que vem a ser o Brasil enquanto *nação* passa necessariamente por um estudo histórico de sua formação, a qual está localizada no mesmo espectro temporal da origem da *ideia de nação*. Isto é, ambos estão relacionados ao processo de superação das relações sociais de produção feudais<sup>3</sup> e à consolidação do capitalismo. No caso brasileiro, entender o que é a nação Brasil remete não apenas ao processo de construção da identidade nacional, de uma referência cultural legitimadora, mas também, de acordo com os autores aqui estudados, a um processo político, que por sua vez está indubitavelmente relacionado ao substrato material – econômico – em que se forma. Dessa maneira, os objetivos aqui são o de articular o conceito de nação enquanto comunidade imaginada às interpretações de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes a respeito do desenvolvimento capitalista brasileiro e entender como tal conceito pode ser apreendido na obra destes autores.

A escolha dos Intérpretes<sup>4</sup> se deve ao fato de que ambos buscam articular uma racionalização entre passado, presente e futuro do Brasil a partir de um arcabouço metodológico semelhante, qual seja, o materialismo histórico-dialético. Para tanto, ambos retomam o período colonial para procurar as origens do que veio a ser a nação brasileira, qual o seu sentido e como este está indubitavelmente associado ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Entretanto, há uma divergência central entre os autores no que diz respeito ao significado da Independência e da Revolução de 1930 para a formação da nação brasileira.

É interessante notar que para Ricupero (2011, p.115), a Independência foi um evento importante para o processo de formação brasileiro tanto para Caio

---

<sup>3</sup> Não se afirma aqui, de forma alguma, qualquer tipo de passado feudal no Brasil. O que se procura afirmar é que a expansão marítima ibérica e a conseqüente conquista das Américas estão historicamente contextualizadas no âmbito da transição do feudalismo para o capitalismo. É a partir daí que ser brasileiro adquire sentido, não antes. Ver Oliveira (2003) para uma análise detalhada sobre a origem da História do Brasil, em particular, de uma tentativa de resposta à pergunta sobre quando podemos falar em Brasil.

<sup>4</sup> Entendem-se como “Intérpretes do Brasil” os autores que ao definirem o Brasil como objeto de estudo não apenas analisam pontualmente algum período, mas racionalizam sobre o que é o Brasil. Para tanto, tal interpretação deve necessariamente iniciar pelo período colonial da formação brasileira, em um movimento de pensar-se e também transformar-se a partir da consciência de “atraso” frente a outros países.

Prado Jr. quanto para Florestan Fernandes. “De acordo com ambos, Prado Júnior e Fernandes, a Independência em 1822 foi um evento chave, marcando o ponto quando o mercado interno começou a se tornar importante.” Apesar de ambos os autores identificarem a Independência como Revolução, parece-nos claro que Caio Prado Jr. a entende como uma continuação do sentido da colonização, não sendo, de fato, uma mudança qualitativa. Para Florestan Fernandes, no entanto, a Independência aparece como uma mudança qualitativa no processo de Revolução Burguesa ao nacionalizar os interesses dos setores econômicos dominantes.

A respeito das semelhanças entre os autores, fica claro que para ambos há uma espécie de unidade e contradição no seio da economia brasileira, fruto da duplicidade existente na sua dinâmica produtiva, em que há um setor externamente orientado e outro com orientação para o mercado interno. De acordo com Ricupero (2011), há uma importante diferença entre ambos os autores, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, especialmente nos livros *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução Burguesa no Brasil*, no que diz respeito ao processo de construção da sociedade brasileira, pois, segundo ele, ao contrário de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes analisa mais detidamente a maneira pela qual internamente se deu a dinâmica social, econômica e cultural a partir de uma orientação produtiva externa. Em suas palavras:

Embora concordando com Prado Júnior que a vida no país tem sido moldada principalmente pela “orientação para fora do processo colonial”, Fernandes analisa mais cuidadosamente o caminho no qual através de sua história os Brasileiros por si mesmos tem lutado com isso. (RICUPERO, 2011, p.116).

A fim de realizar este estudo teórico será adotado como metodologia a análise interpretativa das obras *História Econômica do Brasil (1945)* e *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos (1953)*, de Caio Prado Jr., e *A Revolução Burguesa no Brasil (1975)*, de Florestan Fernandes, tendo como fio condutor os conceitos de nação presentes em Anderson (1991) e Hobsbawm (2000). A escolha destas obras se deve ao fato de que, no caso dos Intérpretes, elas representam a maneira pela qual que tanto Caio Prado Jr. quanto Florestan Fernandes entendem o que é e qual o sentido de ser da nação brasileira. Por sua vez, o Brasil tem sua gênese relacionada à ascensão da consciência de nação como um elemento político importante na relação entre os países a partir da consolidação do

capitalismo como modo de produção predominante no âmbito da chamada Era das Revoluções – isto é, a Industrial e as Burguesas, tais como a Estadunidense (1776) e a Francesa (1789).

Sendo assim, a primeira parte deste artigo procurará caracterizar a construção histórica da *ideia de nação*, além de definir o aporte teórico sobre o qual iremos nos orientar para o entendimento do que vem a ser a *nação*. Após isso, será investigado comparativamente como pode ser apreendido nos dois Intérpretes aqui escolhidos a ideia da nação brasileira a partir das obras escolhidas e com o apoio de literatura complementar. Por fim, propõem-se considerações finais sobre o assunto, caracterizando tanto as divergências quanto as similaridades de ambos os autores no entendimento da questão proposta do que vem a ser o Brasil enquanto nação observada contemporaneamente.

## **A nação como conceito histórico**

O ponto de partida para o estudo da ideia de nação tem como fundamento alguns conceitos chave, tais como nacionalidade, Estado-nação e povo nacional. Tais conceitos ou artefatos<sup>5</sup> são culturais e historicamente consolidados, significando uma profunda legitimação emocional. Em síntese, estes elementos são “seres” históricos cujos significados mudaram ao longo da história. Tal perspectiva é a base do que Anderson (1991) procura entender como “nação”, isto é, uma *comunidade imaginada*. Primeiramente, sendo artefatos históricos, deve-se buscar o ponto inicial da gênese de seu processo de construção.

O atual conceito de “nação” pode ser visto como um conceito político e historicamente novo. Suas origens estão primariamente ligadas às Revoluções Estadunidense e Francesa, visto que há um igualamento da população com o Estado nos moldes destes movimentos revolucionários. Dessa maneira, de acordo com Hobsbawm (2000), o moderno conceito de “nação” tem origem na chamada Era das Revoluções, a qual inclui além dos dois movimentos já citados a Revolução Industrial. Ou seja, tal como Anderson (1991), o autor associa a própria consolidação do capitalismo com o surgimento da nação e do nacionalismo, sendo que a moderna nação difere tanto em tamanho, escala e natureza de ser quanto nas demandas sociais que ao longo da história as comunidades humanas experimentaram (HOBSBAWM, 2000).

---

<sup>5</sup> Podem-se entender tais conceitos como artefatos históricos, pois são construções, mesmo que intangíveis oriundas das próprias relações humanas e das transformações que estas tiveram ao longo do tempo.

Sendo a “nação” algo recente, do ponto de vista histórico, é preciso situá-la temporalmente. Hobsbawm (2000) identifica no que diz respeito ao nacionalismo duas fases razoavelmente bem definidas: a do protonacionalismo e a sua transformação em nacionalismo. A primeira estaria relacionada mais diretamente ao próprio processo de transição do feudalismo ao capitalismo, em que o componente religioso ainda apresenta um papel central, embora decadente, na identificação cultural dentro de comunidades majoritariamente letradas. Nesse sentido, o protonacionalismo seria aquele em que há uma identificação coletiva que vai além da referência religiosa, conferindo uma espécie de unidade.

Como exemplo, o autor cita os casos de identidade cultural linguística, ainda que esta seja contemplada com diversos dialetos, em diversas localidades da Europa, sem que, no entanto, tal aspecto seja central para a formação direta do protonacionalismo. Sua relevância se dá, em primeiro lugar, ao fato de que a unidade linguística, mesmo que limitada pelos dialetos que a compõe, propicia um tipo de modelo ou projeto de futuro comum dentro daquela área territorial ou vernacular. Em segundo lugar, a unidade coletiva linguística construída ao se associar a uma produção literária em massa expande tal modelo ou projeto de futuro à comunidade criando uma etnicidade comum. Por último, o autor argumenta que, dado que tal unidade coletiva linguística não é natural, mas sim construída, é a partir da educação pública e outros mecanismos administrativos – ou seja, via Estado – que tal unidade se torna oficial. Em suma, “[...] indiretamente estava para se tornar central para a moderna definição de nacionalidade e, portanto, também para a percepção popular disso.” (HOBSBAWM, 2000, p.59, tradução nossa).

O nacionalismo em si seria aquele oriundo das transformações a partir da Primavera dos Povos (1848), enfatizado segundo o autor entre os anos 1870-1918, em que o componente de identificação coletiva transcende a mera referência linguística para uma referência política de lutas sociais e, fundamentalmente, de disputas interestatais. Anderson (1991) coloca dentro das raízes culturais da nação e do nacionalismo, enfim, da comunidade imaginada, o declínio da cristandade medieval imaginada na Europa ocidental. “Em uma palavra, a queda do Latim exemplificou um processo maior no qual as comunidades sagradas integradas pelos antigos idiomas sacros foram gradualmente fragmentadas, pluralizadas e territorializadas.” (ANDERSON, 1991, p.19, tradução nossa).

Este, por sua vez, está intimamente relacionado, do ponto de vista político, com o também declínio da legitimidade automática das Monarquias europeias a partir do século XVII. Desde a crise de legitimidade automática, sacra, das

Monarquias europeias ocidentais, várias dinastias passaram a buscar no elemento “nacional” o selo de legitimação de seu poder. Como exemplo, Anderson (1991) argumenta sobre as origens do militarismo prussiano de caráter nacionalista. O critério da nacionalidade não se caracterizava como precedente para que o governante tivesse poder sobre uma comunidade. Por exemplo o caso “inglês”, onde Anderson (1991) destaca o fato de não haver uma dinastia propriamente “inglesa” que reinasse em Londres desde o século XI. Além disso, o autor destaca o fato de que as próprias dinastias tinham ramificações sobre diversas comunidades, seja por meio de conquistas militares ou de política de casamentos, como, por exemplo, o caso dos Habsburgos.

Huizinga (2010) ao estudar a vida e o pensamento da cultura franco-borguinã entre os séculos XIV e XV identificou no ideal cavaleiresco as raízes dos sentimentos de fidelidade, “[...] uma extensão da antiga concepção que ligava os vassallos aos suseranos, os homens a seu senhor, e que no calor da luta fazia arder uma paixão desenfreada. É um sentimento de partido, não um patriotismo.” (HUIZINGA, 2010, p.30).

Por trás do declínio das comunidades sagradas estava em processo um conjunto de mudanças que tornaram possível pensar sobre a *nação*. Ser comum não significava ser nacional, como pode ser apreendido através da maneira pela qual o sagrado era representado nas artes. Nestas, as representações litúrgicas se fundem com o próprio cotidiano local dando sentido à cristandade medieval a partir das cores e das formas da vida terrena, como, por exemplo, a associação do ato de rezar com o costume de juntar as mãos tomado de empréstimo do *commendatio* germânico, o imaginário popular a respeito dos ícones sagrados, ou as vestimentas da Virgem Maria e dos pastores que foram ao nascimento de Cristo nas pinturas das igrejas medievais em Flandres e nas cidades italianas semelhantes às que localmente eram utilizadas àquela época nestas regiões (ANDERSON, 1991). Neste caso específico parece claro que o traço comum entre os flamengos e os italianos não parece ser, prioritariamente, questões linguísticas ou de linhagem, mas sim a religião. Dessa maneira, ambos eram cristãos antes de serem “italianos” ou “flamengos”.

Portanto, do ponto de vista da formação de uma consciência de uma comunidade imaginada nacional, a ruptura com a realidade medieval esmagadoramente visual e auditiva foi fundamental. E como meios que promoveram a representação de um tipo de comunidade imaginada nacional na Europa ocidental do século XVIII estão o romance e a imprensa escrita. Isto porque estes elementos criaram conceitos que ligaram os indivíduos e os colocaram enraizados

(*embedded*) em sociedades. Com isso, cria-se um organismo sociológico que se move ao longo do tempo e de maneira homogênea.

No caso das Américas, nenhuma colônia que lutava pela sua independência possuía a língua elemento diferenciador contra as metrópoles. Anderson (1991) define estes Estados como Crioulos (*Creole States*) e, no caso brasileiro, o próprio autor reconhece o particularismo da Monarquia aqui adotada pós-Independência, pois esta não se traduzia como as Monarquias sacras europeias, visto que sua legitimação se dava constitucionalmente.

Argumenta este autor que é de fundamental importância as bases socioeconômicas para explicar a resistência antimetropolitana, entre 1760 e 1830, nas Américas. Além deste elemento central, aspectos ideológicos como o Liberalismo e o Iluminismo certamente tiveram um impacto importante no processo de independência do jugo metropolitano, pois forneceram “[...] um arsenal de criticismos ideológicos de antigos e imperiais regimes políticos.” (ANDERSON, 1991, p.65, tradução nossa). Entretanto, o autor deixa claro que estes elementos por si só não criaram a comunidade imaginada nacional nas colônias ou uma nova consciência de tipo nacional. Para tanto, assim como no caso Europeu ocidental, a formação de uma burocracia e de uma imprensa nativa desempenharam papel decisivo no processo histórico de formação das identidades nas Américas.

## **Ainda sobre o conceito de nação**

Conforme exposto no tópico anterior, a perspectiva aqui adotada é a de entender a nação como a construção do passado e, por isso, será adotado o conceito de nação enquanto uma comunidade imaginada, proposto por Benedict Anderson. Nesse sentido, a nação “[...] é uma imaginada comunidade política – e imaginada tanto inerentemente limitada e soberana.” (ANDERSON, 1991, p.6, tradução nossa).

A partir desta perspectiva, a nação se torna imaginada sob quatro aspectos. Primeiramente, ela é “imaginada” porque os habitantes daquele espaço se imaginam em comunhão com os demais, mesmo sem necessariamente conhecê-los. Em segundo lugar, ela é “imaginada” como limitada, pois há fronteiras definidas com outras nações. Em terceiro lugar, ela é “imaginada” como soberana porque é fruto do Iluminismo e, com efeito, não há um ordenamento divino legitimando-a. E por último, a nação é “imaginada” como uma comunidade porque apesar de heterogênea socioeconomicamente, “[...] a nação é sempre con-

cebida como uma profunda, camaradagem horizontal.” (ANDERSON, 1991, p.7, tradução nossa).

De acordo com Hobsbawm (2000, p.18-19, tradução nossa), o atual conceito de nação a traduz como sendo um conceito político. Com isso, “[...] a nação então considerada era um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva lhes constituía um Estado no qual era sua expressão política.” Sendo assim, a “nação” está indubitavelmente ligada a uma estrutura de Estados territoriais. Ou seja, origina-se a constituição dos chamados Estados-nação, os quais caracterizam a expressão política de povos soberanos a partir do período em questão, a saber, sua nacionalidade.

Os conceitos de “nação” e “nacionalismo” estão intrinsecamente relacionados ao liberalismo burguês à medida que se tornam importantes elementos na economia política internacional. Nas palavras de Hobsbawm (2000, p.39, tradução nossa):

Portanto, na perspectiva da ideologia liberal a nação (i.e. a grande nação viável) era o estágio de evolução alcançado na metade do século dezanove. Como temos visto, a outra face da moeda ‘nação como progresso’ foi, portanto, logicamente a assimilação de comunidades menores e pessoas em comunidades maiores.

Portanto, a compreensão do que vem a ser a “nação” no liberalismo clássico deve conter o próprio processo de formação das nações e do desenvolvimento do princípio da nacionalidade, que por sua vez não é o mesmo de nacionalismo.

## **A formação da nação brasileira em Caio Prado JR.**

As origens da nação no Brasil tem sido alvo de estudos recentes a respeito do momento em que esta História começa (SAMPAIO JUNIOR, 1997; OLIVEIRA, 2003; LESSA, 2008). Oliveira (2003) procurou identificar o processo de construção da consciência de diferença entre o brasileiro e o português ou reinol. Nesse sentido, a autora argumenta existir, com base em Caio Prado Jr., uma espécie de anacronismo quando se trata do passado colonial brasileiro, pois apesar da Independência marcar a separação política da colônia em relação à sua metrópole, esta “[...] será apenas a resultante de um concurso ocasional de forças que estão longe, todas elas, de tenderem, cada qual só por si, para aquele

fim. Algumas, possivelmente, todas certamente não.” (PRADO JUNIOR, 1996, p.357 apud OLIVEIRA, 2003, p.2).

De acordo com Ricupero (2010), para Caio Prado Jr. há um descasamento entre economia e sociedade na formação brasileira a partir da Independência, pois se constrói um Estado cuja referência central é o existente no centro capitalista, com instituições liberais, garantia de nacionalidade e cidadania para os membros da comunidade, mas, ao mesmo tempo, a característica fundamental da produção é o estranhamento desta em relação às necessidades da população, visto que ela é praticamente toda orientada para fora.

Este descasamento observado pelo autor na obra de Caio Prado Jr. fica claro em *História Econômica do Brasil*, onde o autor destaca a sustentação do organismo econômico fundamentalmente primário-exportador, apesar das necessidades novas de uma nação independente ou politicamente emancipada. Esta continuidade com o passado colonial se deu principalmente no campo, sem romper com o próprio sentido da colonização, qual seja, o fornecimento aos mercados centrais de produtos tropicais agropecuários, mesmo após o rompimento do estatuto político de colônia. De acordo com Prado Jr. (2008, p.86),

Existe um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. Todos os desajustamentos que passamos em revista — e poderíamos acrescentar outros de natureza política e social que não entram no programa deste livro — não são mais, em última instância, que reflexos e resultantes daquela contradição básica. Ela nos levará a uma evolução também contraditória: de um lado, como vimos, assistiremos à ampliação considerável das nossas forças produtivas e progresso material acentuado e rápido.

Em toda a sua análise, o autor prima pelo método dialético da totalidade, isto é, só se pode entender a especificidade do Brasil a partir de sua inserção internacional. Com isso, é na especificidade do todo que Caio Prado Jr. buscou entender qual é a tônica da evolução socioeconômica do Brasil e como esta, por um lado, é dinâmica à medida que incentiva um desenvolvimento das forças produtivas, mas, por outro, acentua os desequilíbrios sociais. O conceito de “evolução” aqui empregado deixa-se claro que não há qualquer conotação com progresso. Opta-se por este conceito pelo fato dele ser constantemente utilizado

na obra do autor em um sentido de mudança, independentemente de esta ser positiva ou negativa.

Em *Evolução Política do Brasil*, o autor argumenta que o processo de Independência brasileiro decorreu não das contradições da infraestrutura econômica, mas sim de outro aspecto que o autor enfatiza:

Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução. (PRADO JUNIOR, 2012, p.50).

Tal incapacidade do movimento dialético no Brasil se devia, argumenta Caio Prado Jr., ao fato de que no país as forças endógenas eram fracas para dar força ao próprio movimento dialético. Tudo isto porque o Brasil não se constituiu como uma nação, mas sim como um negócio. Dessa maneira, o sentido da história no Brasil, desde a sua formação, seria a exploração colonial que sempre objetivou levar o excedente para o exterior, em um processo de continuidade colonial.

Sampaio Jr. (1997, p.145), ao analisar o esquema analítico de Caio Prado Jr., enxerga que o autor “[...] estabelece os requisitos históricos necessários para que as relações de produção permitam compatibilizar desenvolvimento capitalista e sociedade nacional autodeterminada.” Em suma, surge uma nação dependente no cenário capitalista mundial. O rompimento com o processo de continuidade colonial se daria através da compreensão da problemática do desenvolvimento, a qual por si só está intrinsecamente relacionada com a escrita da história. Por *desenvolvimento*, Caio Prado Jr. define como sendo a “[...] condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar.” (PRADO JUNIOR, 1982, p.193).

Sobre a relação da história com o desenvolvimento na formação da nação brasileira, Prado Jr. (1982, p.195) entende-a como uma simbiose indissociável para compreender o Brasil:

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas

à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento.

Esta nacionalidade que o autor menciona não diz respeito a um elemento cultural, mas sim ao processo pelo qual a formação brasileira tem na sua especificidade o fundamento da própria dissociação entre economia e sociedade, cujas raízes estão naquilo que o autor caracteriza como a permanência do sentido de colonização no país. O próprio Partido Brasileiro, peça chave no processo de Independência, não se constituía em si uma associação política estritamente formada por brasileiros, mas sim por uma elite cujos interesses econômicos se chocaram com o status político de colônia naquele momento. Dessa maneira, o Partido Brasileiro representava os interesses sociais e econômicos das elites coloniais, isto é, aquelas que habitavam o Brasil. Nesse sentido, Prado Jr. (2012, p.200) pontua que a designação de brasileiro “[...] indica aliás mais os interesses em jogo do que nacionalidades; pois embora predominem neste partido os naturais do Brasil, os portugueses são numerosos; e em muitas instâncias mesmo, os mais representativos.”

É interessante notar que o autor destaca o fato de que, à época da Independência, ser “brasileiro” correspondia a todos os habitantes que aqui residiam e cujos interesses estavam ligados à colônia. Por outro lado, ser “português” era a designação genérica, e se aplicava a todos os súditos da Coroa portuguesa, fossem naturais do Reino europeu ou das colônias (PRADO JUNIOR, 2012).

Com isso, percebe-se que a Independência não era propriamente o objetivo do Partido Brasileiro àquela época, mas sim impedir o contágio democrático oriundo da Revolução Constitucionalista que ocorria em Portugal, que por sua vez poderia atravancar os interesses econômicos e políticos da elite colonial à medida que poderiam ameaçar a rentável orientação estritamente externa da produção brasileira. No entanto, é a partir da volta da família Real que o partido se volta à causa da Independência, visto que se descola da atuação conjunta à aristocracia Real do Rio de Janeiro e tem como solução para sua causa política a luta pela Independência.

A formação da nação brasileira para Caio Prado Jr. está, portanto, mais relacionada ao processo de desenvolvimento e conseqüente superação da condição de colônia, que não seria rompida com a Independência. Em suas palavras: “[...] tivemos um período de transição em que, sem sermos ainda uma nação de todo autônoma, não éramos tão pouco propriamente uma colônia. Mas, no fundo, o fenômeno é o mesmo.” (PRADO JUNIOR, 2012, p.50).

Nem mesmo a Revolução de 1930 teria sido suficiente para formar de fato a nação brasileira, pois a própria dualidade que muitos autores advogariam existir não se constitui de fato em uma contradição para o autor. O que há é uma espécie de associação, visto que, para Caio Prado Jr., desde a gênese brasileira estamos inseridos em relações capitalistas, dada a inserção brasileira na esfera de circulação do capital. A especificidade da propagação da situação colonial se insere e advém do capitalismo, pois a mais-valia não fica no Brasil e no caso da Revolução de 1930, e conseqüentemente o fortalecimento do Programa de Industrialização por Substituição de Importações (PSI), haveria uma funcionalidade para a sustentação da situação de colônia através do Balanço de Pagamentos.

Sendo assim, conforme Caio Prado Jr., há uma oposição frontal entre o que ele denomina por sociedade colonial *versus* sociedade nacional. No caso brasileiro, o autor identifica que a primeira se sobrepõe à segunda, o que por sua vez caracteriza o caráter de negócio e não de nação no país. Comparando com o que Benedict Anderson define como nação, para Caio Prado Jr. a comunidade imaginada brasileira seria melhor definida como um *negócio imaginado brasileiro* em função da própria dissociação entre economia e sociedade, nomeadamente a contradição entre a estrutura socioeconômica e a organização jurídico-política e do país. A primeira perpetua aquilo que originou a colonização portuguesa no Brasil e, por isso, nega a natureza da condição de “nacional” ao reafirmar sob novas formas “[...] as dificuldades encontradas pelas economias dependentes para compatibilizar incorporação de progresso técnico com controle dos centros internos de decisão e integração do conjunto da população no desenvolvimento.” (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p.269). A segunda, por outro lado, está inserida no contexto histórico e intelectual da formação da consciência de nação, ou melhor, tem em si os princípios constitucionais e de direito que se consolidaram na Europa ocidental a partir do século XVII.

Constituindo-se como um *negócio imaginado brasileiro* significa dizer que o Brasil apresenta uma especificidade própria dentro dos critérios postulados por Benedict Anderson para definir a nação. Neste caso, sua especificidade consiste no fato de que dada as condições materiais da formação brasileira, isto é, sua relação capital-trabalho com orientação produtiva predominantemente externa aos seus limites, a comunhão dos brasileiros não se daria apenas entre si, mas também em relação às nações que absorveriam boa parte da produção brasileira. E tal comunhão com o exterior se daria por meio das importações necessárias às massas e nas elites dominantes como meio de afirmação social. Um exemplo dessa orientação externa por parte das elites brasileiras, notadamente na chamada

*Belle Époque* (1870-1922), pode ser vista por meio do consumo, como mostra Oliveira (2009) que as particularidades da dinâmica do consumo em contexto periférico remetem à ausência de uma base industrial cujas funções de generalização e diferenciação são substituídas pela importação, que fornece tanto os produtos necessários à massa, cuja produção interna é insuficiente, quanto os produtos de luxo fundamentais à afirmação social das elites. Por outro lado, a Revolução de 1930 traria continuidade nesse processo por meio do crônico desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, que por sua vez implicaria em uma relação interno-externa não mais apenas produtiva, mas também crescentemente financeira.

A pergunta que resta é: quando constituímos uma nação de fato e não apenas de jure? Para Caio Prado Jr., a industrialização via PSI apenas reafirmou a situação de colônia sob novo patamar, embora o autor não seja determinista na relação externo-interno. Nesse sentido, a partir de uma ideia hegeliana, para o autor a parte (Brasil) reproduz o todo (capitalismo central), porém com a sua especificidade. A Revolução de 1930 não teria consolidado a nação brasileira, pois, para ele, a sociedade continuaria em sua guinada colonial. Por outro lado, Caio Prado Jr. reconhece que há mudança nessa continuidade, qual seja, a ascensão burguesa no processo e a conseqüente generalização do assalariamento como forma de relação capital-trabalho.

Fica claro, portanto, que Caio Prado Jr. coloca o fluxo de renda como variável chave no processo de não-formação nacional no Brasil, ou nos termos aqui colocados, na formação de um negócio imaginado brasileiro. Florestan Fernandes, em contrapartida, argumenta que a Independência representou um processo fundamental na formação da sociedade nacional em função do fim do Pacto Colonial com a metrópole portuguesa, como será visto em seguida.

## **A formação da nação brasileira em Florestan Fernandes**

Diferentemente de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes entende que a sociedade nacional se forma no Brasil, mas esta só pode ser apreendida como sendo processual e fruto das transformações oriundas do processo da Revolução Burguesa e consolidação do capitalismo no Brasil. Em suas palavras:

Essas transformações marcam a transição para a era da sociedade nacional. Uma nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória

de zigzagues. Isso sucedeu no Brasil, mas de maneira a converter essa transição, do ponto de vista econômico, no período de consolidação do capitalismo. (FERNANDES, 2011, p.44).

Dessa maneira, para Florestan Fernandes, a formação da nação brasileira está intrinsecamente relacionada às suas origens e, portanto, tal qual Caio Prado Jr. argumenta, é indissociavelmente uma construção histórica. No entanto, o grau de ênfase no “antes” e no “depois”, propiciado pela consolidação do capitalismo no Brasil, diferencia neste aspecto os autores, visto que apesar de reconhecer a inserção colonial na circulação mercantil capitalista internacional, é a partir do aparecimento e do desenvolvimento da burguesia no Brasil que o capitalismo se consolida como modo de relações sociais de produção predominante. Este burguês só teve condições de aflorar no Brasil a partir da Independência, a qual para Florestan Fernandes desempenhou papel central no processo de Revolução Burguesa no país. Tal agente histórico não se caracteriza como o do tipo clássico europeu ocidental, mas com a especificidade de sua origem estar assentada em um contexto de inserção externa colonial. Nas palavras de Florestan Fernandes:

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro; as gradações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia o “usuários”, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do “burguês mesquinho”, fosse um mal terrivelmente necessário). (FERNANDES, 2011, p.34).

A própria formação da burguesia brasileira decorre, para Florestan Fernandes, decorre de dois fenômenos centrais nesse processo: a transformação do “fazendeiro do café” em “homem de negócios” e a chegada dos imigrantes, notadamente em São Paulo. De acordo com Oliveira e Vazquez (2010), no caso do primeiro fenômeno, à medida em que este “fazendeiro do café” se configura como agente proeminente na formulação da política econômica, seus interesses não são dissociáveis dos interesses da nação. Para o segundo fenômeno, a principal consequência, foi a introdução de novos padrões na sociedade brasileira, notadamente a partir da busca por enriquecimento via apropriação de riqueza

monetária oriunda do assalariamento. Neste caso, de acordo com Oliveira e Vazquez (2010), as possibilidades de mobilidade econômica vislumbradas pelo imigrante implicaram-lhe o uso de uma espécie de racionalidade adaptativa com relação aos fins requeridos.

A Revolução Burguesa ocorre no Brasil em um contexto de uma economia colonial, periférica ou dependente, visto que os elementos cruciais da dinâmica interna poderiam ser resumidos em três: “1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico.” (FERNANDES, 2011, p.110). Tal situação criou as bases para o desenvolvimento interno do capitalismo no Brasil a partir da combinação de elementos heterônomos com elementos autônomos, que intensificaram a incorporação dependente da economia brasileira às economias centrais. Por heteronomia o autor se refere a uma espécie de sujeição externa da dinâmica produtiva interna.

O elemento revolucionário se traduz como componente dinâmico e propulsor do desenvolvimento burguês no Brasil e se divide em dois aspectos fundamentais sobre a formação socioeconômica do país. O primeiro deles se caracteriza como de curto prazo e está associado à organização do Estado Nacional brasileiro pós-Independência. O segundo, por sua vez, caracteriza-se como sendo de longo prazo e corresponde às consequências dinâmicas da Independência e da integração nacional. Nesse sentido, para Fernandes (2011, p.51), “[...] com o advento da Independência a superação jurídico-política do estatuto colonial não foi acompanhada pelo mesmo fenômeno no âmbito do substrato material, social e moral, o qual suportaria a própria construção da sociedade nacional.”

A absorção do Liberalismo pelas elites brasileiras pode ser explicada por dois motivos fundamentais: a formação de uma ideologia de nação e a de uma utopia de nação. Ambos os motivos estão diretamente relacionados aos hábitos de pensamento *à la* Veblen<sup>6</sup> e dizem respeito à tônica do processo de Independência no Brasil, que, para Florestan Fernandes, caracteriza-se muito mais pelo aspecto sociocultural do que pelo substrato econômico. No entanto, é a própria característica material da formação brasileira que permite uma proeminência sociocultural do processo revolucionário brasileiro.

---

<sup>6</sup> Para Veblen (1994), os hábitos de pensamento se transformam evolucionariamente, ou seja, evoluem sem, no entanto, um determinismo ou caráter teleológico. Para ele, é a partir da formação de tais hábitos que o comportamento humano se articulará ao ambiente cultural – que, por sua vez, é o meio em que esses ambientes emergiram – que o fenômeno econômico ocorrerá.

A Independência, portanto, traduziu-se no alcance “[...] da autonomia e da supremacia não de um povo, mas de uma pequena parte dele, que lograva privilegiar seu prestígio social e apossar-se do destino da coletividade.” (FERNANDES, 2011, p.62). Esta elite, por sua vez, transfigurou-se de elemento senhorial (senhor) para cidadão (senhor-cidadão), assim como a utopia liberal e a ideologia liberal partem da mesma transfiguração. Tais elementos poderiam ser vistos meramente como aspectos psicológicos, ideológicos, do pensamento das elites, mas uma análise deste tipo se mostra limitada. O ponto central parece ser a conexão entre as necessidades reais – o substrato material – da sociedade brasileira, no fim da era colonial, e o Liberalismo europeu na formação dos hábitos de pensamento e no enraizamento de uma ideologia liberal própria da especificidade do desenvolvimento histórico assumido no Brasil.

Há uma correlação, decorrente da absorção do Liberalismo por parte das elites brasileiras pós-Independência, entre o “velho” e o “novo” no cenário histórico-social. O “velho” se faz presente “[...] onde o Estado nacional emergente se converte em fator de preservação da escravidão, do império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia Constitucional em cômoda transação das elites senhoriais.” (FERNANDES, 2011, p.66). Por outro lado, o “novo” aparece na “[...] formação de uma nova mentalidade no uso do poder ou, pelo menos, provocando novas disposições de sentir, pensar e agir politicamente.” (FERNANDES, 2011, p.66).

A combinação de elementos heterônomos com autônomos ao longo da Revolução Burguesa pode ser vista, por exemplo, com o influente papel que os importadores estrangeiros tiveram no desenvolvimento capitalista brasileiro. De acordo com Fernandes (2011, p.116), estes “[...] dispunham de recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais para pôr em marcha os desígnios nacionais acalentados pela autonomização política.” Para tanto, eles foram os responsáveis por reintegrar dinamicamente a economia brasileira no mercado mundial.

A consequência para o desenvolvimento burguês no Brasil, oriundo deste papel fulcral desempenhado pelos importadores estrangeiros, pode ser visto no fato de que a partir do êxito nestas operações realizadas, tais agentes conseguiram converter a antiga aristocracia agrária em sócia de menor escala, contribuindo por sua vez para a modernização econômica.

Como aspecto central, a Revolução Burguesa foi responsável pela emergência de uma ordem social competitiva no Brasil, sem, no entanto, desaparecer com o estilo de vida social senhorial. Para Florestan Fernandes:

O núcleo de real vitalidade econômica produzia para exportação, não para o consumo interno. Em consequência, configurou-se, estrutural e funcionalmente, uma situação de mercado em que preponderavam as conexões econômicas com o exterior e em que as conexões econômicas com a vida econômica interna possuíam escassa importância estrutural e dinâmica. (FERNANDES, 2011, p.110).

Neste ponto, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes se aproximam, pois reconhecem esta dupla polarização como elemento central da formação brasileira, sem, no entanto, incorrerem em uma determinação da condicionalidade externa sobre a interna. No caso de Florestan Fernandes, seu argumento tem como base o fato de que apesar de uma organização político-legal interna, a economia brasileira produzia e consumia voltada para fora.

Com isso, após a Independência, configurou-se uma situação de mercado tal que os modelos de organização da vida econômica dos países centrais não foram totalmente transplantados e reproduzidos no Brasil. Isto se deu, na prática, nos setores da vida econômica interna já reprodutores de “determinados requisitos institucionais das economias centrais” (FERNANDES, 2011, p.113). Estes setores eram, evidentemente, os relacionados aos negócios de exportação e importação e às transações econômicas internas a eles associadas.

A nação brasileira, para Florestan Fernandes, portanto, à luz do conceito aqui utilizado, seria uma *comunidade imaginada heteronomamente* orientada. Isto, pois a própria definição de nação é um conceito que emerge como uma propriedade da generalização das relações sociais capitalistas a partir da chamada Era das Revoluções, mas, ao mesmo tempo, esta comunidade imaginada brasileira só se concretiza em função da própria dinâmica pela qual a burguesia aqui se desenvolve.

Qual seria, então, o significado desta autonomia heteronomamente condicionada que caracteriza o desenvolvimento capitalista brasileiro? Florestan Fernandes explica que esta seria oriunda do fato que o desenvolvimento capitalista brasileiro não continha as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões: uma estruturalmente heterônoma, ou seja, em função de uma autonomia externa; e uma outra com tendências dinâmicas autônomas, fruto do desenvolvimento das forças produtivas e da luta política internas, mas ainda em via de integração estrutural.

Do ponto de vista da consciência de nação, do reconhecer-se em si (pensar-se) e para si (transformar-se) a partir de uma constituição reflexiva da identidade através da análise fenomenológica do encontro entre o “Eu” e o “Outro”, tem-se, portanto, com a abertura dos portos o primeiro passo. Isto porque é a partir da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, que se inicia o processo de Revolução Burguesa no país, o que significa um processo de transformação e não apenas uma mudança qualitativa concentrada no tempo, visto que se rompe com o estatuto de colônia por meio da quebra do chamado exclusivo metropolitano em função da abertura dos portos às nações amigas de Portugal. Dessa maneira, inicia-se a formação de uma burguesia comercial brasileira, uma classe cujos interesses econômicos estavam intrinsecamente relacionados aos destinos do Brasil e não mais apenas à metrópole ou por ela mediados.

Esta nacionalização da burguesia interna, no entanto, não caracterizou uma consolidação plena da ordem social competitiva por meio de uma superação das estruturas arcaicas precedentes. De acordo com Arruda (1996, p.59), “Florestan localiza o problema da nossa história na incapacidade, ou impossibilidade, de superar os princípios inerentes à ordem social anterior.” Tal incapacidade de superação pode ser explicada, pelo menos em parte, como função da lógica do ganho rápido, curto-prazista, por parte dos imigrantes que aqui chegaram, notadamente em São Paulo, que foi o estado onde a ordem social competitiva teve mais força a partir do café. Este tipo de mentalidade identificada nos imigrantes “[...] concorreu para embutir uma espécie de curto-prazismo no campo de visão desses atores, desestimulando a construção de projetos econômicos de longa maturação, capazes de atribuir maior dinâmica ao capitalismo brasileiro.” (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010, p.145).

Sendo assim, para o autor, há a formação de uma sociedade nacional a partir de uma especificidade própria e consolidada na Independência, pois é a partir de 1822 que o Brasil passa a ser governado de dentro. Portanto, ao contrário de Caio Prado Jr., que entende a continuidade da situação colonial ao longo da história brasileira, Florestan Fernandes entende que se for mudada a forma, muda-se também a essência. No caso, há um Estado Nacional e, conseqüentemente, uma política econômica própria, interna. Definindo-se a política econômica internamente, define-se a nação, mesmo que esta seja externamente orientada.

## Considerações finais

A nação enquanto comunidade imaginada foi o conceito que orientou a formulação deste artigo. Procurou-se, então, demonstrar que a ideia de nação como comunidade imaginada se traduz em um conceito político historicamente colocado em que quatro elementos a caracterizam como tal: soberana, limitada, camaradagem horizontal e comunhão entre os pares. Esta construção, no entanto, só se concretiza a partir da consolidação do capitalismo e do fim da legitimidade automática das Monarquias Absolutas europeias, ambos os aspectos intrinsecamente relacionados também.

Aprender o conceito de nação em Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes à luz do aporte teórico aqui colocado demonstra algumas divergências entre os autores, notadamente no que diz respeito ao papel da Independência e da Revolução de 1930 no processo de formação da sociedade nacional brasileira. Para o primeiro autor a nação não se consolida, pois o Brasil se traduz predominantemente em um negócio, visto que o sentido da colonização não é rompido e predomina a dissociação entre economia e sociedade. Para o segundo autor, a sociedade nacional se forma exatamente na Independência, pois é ali que a política econômica passa a ser construída internamente, mesmo que tenha uma orientação externa.

No caso da Revolução de 1930, os autores divergem pelo fato de que para Caio Prado Jr. esta representa apenas a reafirmação da condição de colônia aqui no Brasil, sendo que esta se daria agora pelos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Por outro lado, Florestan Fernandes entende a Revolução de 1930 como a consolidação de um processo anterior, a Revolução Burguesa. Mesmo assim, ambos reconhecem a prevalência externa condicionando a formação brasileira, embora associada com a dinâmica interna criando a própria condição de dependência.

Dessa maneira, à luz dos conceitos de nação aqui trabalhados, apreende-se que, para Caio Prado Jr., a nação brasileira poderia ser vista mais como um negócio imaginado, que por sua vez negaria a própria sociedade nacional. Tal nação se forja em virtude do próprio desenvolvimento do mercado mundial e, por isso, revelaria sua natureza dependente e colonial. Já Florestan Fernandes entenderia a nação brasileira mais como uma comunidade imaginada heteronomamente condicionada, isto é, uma sociedade nacional cuja orientação interna apresenta um condicionante externo importante. A diferença se dá na articulação entre os elementos endógenos e exógenos da constituição nacional.

Nesse sentido, em Caio Prado Jr. a nação brasileira seria mero prolongamento do estatuto colonial sob bases jurídicas que mistificam sua essência dependente. Por outro lado, ainda que Florestan Fernandes concordasse que a dependência nos constitui como nação, sua análise incorpora elementos para uma investigação das identidades sociais que embora dependentes, articulariam nacionalmente a perpetuação dessa situação.

### **THE IDEA OF NATION AND THE BRAZILIAN IMAGINED COMMUNITY IN CAIO PRADO JR. E FLORESTAN FERNANDES**

**ABSTRACT:** *The purpose of this paper is to articulate the political concept of nation as an imagined community to the interpretations of Caio Prado Jr. and Florestan Fernandes, understanding how it can be apprehended in their work. One perceives that there are respectively divergences and similarities between the authors about the role of Independence and the Revolution of 1930 and in the understanding of the specificity of the Brazilian capitalist development. This way, in the light of Anderson (1991), one apprehends that for Caio Prado Jr. the Brazilian nation can be seen as an imagined business because it doesn't break the meaning of the colonization and denies the very national society. Florestan Fernandes understands the Brazilian nation as an imagined community heteronomously conditioned, that is to say a national society whose internal orientation presents an important external constraint.*

**KEYWORDS:** *Nation. Interpretations of Brazil. Imagined community.*

**JEL Classification:** B31; O54

### **REFERÊNCIAS**

- ANDERSON, B. **Imagined communities:** reflections on the origin and spread of nationalism. 2.ed. London: Verso, 1991.
- ARRUDA, M. A. do N. Arremate de uma reflexão: a revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes. **Revista USP:** Dossiê Florestan Fernandes, n.29, p.56-65, 1996.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Ed. Globo, 2011.

HOBBSAWM, E. **Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality.** 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HUIZINGA, J. **O outono da Idade Média.** São Paulo: Cosac Naif, 2010.

LESSA, C. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n.62, p.237-256, 2008.

OLIVEIRA, M. F. de. **Diálogos entre Caminha e Frei Vicente do Salvador: construção de uma “arqueologia” da consciência de diferença entre colonos e reinóis em documentos luso-brasileiros dos séculos XVI e XVII.** 2003. 157f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

OLIVEIRA, M. F. **Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915).** 2009. 420f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

OLIVEIRA, G. C. de; VAZQUEZ, D. A. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.137-160, 2010.

PRADO JUNIOR, C. História e desenvolvimento. In: IGLESIAS, F. (Org.). **Caio Prado Júnior: história.** São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.26).

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil: e outros estudos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RICUPERO, B. Florestan Fernandes and interpretations of Brazil. **Latin American Perspectives**, Newbury, v.38, n.3, p.112-123, 2011.

RICUPERO, B. Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.226-239.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. de A. **Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente.** 1997. 295f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

VEBLLEN, T. **The theory of the leisure class:** an economic study of institutions. New York: Dover Publications, 1994.

Recebido em 14 de maio de 2018

Aprovado em 20 de julho de 2018